

15 jun 2018 / 10:50

## Debate de urgência agendado pelo PCP com o ministro da Educação

Este conteúdo não pode ser apresentado no formato PDF.

Siga este link para o ver online:

<https://www.youtube.com/embed/2SE628PVfJw>

**Debate de urgência agendado pelo PCP sobre a situação dos professores. Com a presença do ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues.**

Interpelado pelos grupos parlamentares, o ministro recusou-se a reconhecer que o compromisso que assumiu determinasse a obrigatoriedade de o governo contar integralmente o tempo de serviço.

Instado a responder sobre se era intenção sua e do governo cumprir a Lei do Orçamento do Estado 2018, nunca deu qualquer resposta e optou sempre pela fuga para a frente, recuando dois anos para falar da obra feita.

Para Brandão, 9A, 4M e 2D é uma base negociada, apesar de a Lei ser clara. Acusado de chantagem sobre os professores e ouvindo a indignação dos deputados, não só do PCP, grupo que provocou o debate, mas também de toda a oposição, Rodrigues negou sempre que ela existisse e optou por acusar as organizações sindicais de bloqueadoras do processo por não aceitarem que fique tempo de serviço por contar.

O representante do grupo parlamentar do PS recorreu ao compromisso para dizer que não havendo acordo, mas apenas compromisso, não estava garantida a contagem total. O governo agiu de má-fé. "Independentemente do compromisso há uma lei de valor reforçado que é a Lei do orçamento", disse o Secretário-Geral da FENPROF à saída.

Mário Nogueira reafirmou, ainda, que os sindicatos não estão numa posição de intransigência. Estamos do lado do compromisso, da lei e da resolução aprovada pela Assembleia da República.

Dia 18 iniciar-se-á a resposta dos professores à má-fé e à chantagem, que sobre os professores e as suas organizações sindicais está a ser exercida.